

Jornal Notícias	Periodicidade: Diário
23-12-2020	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,7

Saúde Mais 100 mil
funcionários públicos
terão ADSE

Contratos individuais passam
a ser abrangidos pelo sistema **P. 7**

Governo dá ADSE a 160 mil trabalhadores e familiares

Medida abrange funcionários públicos com contrato individual, sobretudo profissionais de saúde, e inscrição é opcional. Aprovado novo salário mínimo



João Vasconcelos e Sousa
joao.sousa@ext.jn.pt

SAÚDE O Governo decidiu ontem, em Conselho de Ministros, alargar a ADSE aos trabalhadores da Função Pública com contrato individual. A medida vai abranger 100 mil trabalhadores, mais 60 mil não titulares (familiares diretos), e dará mais 67 milhões de euros por ano à ADSE. Alexandra Leitão, ministra da Modernização do Estado, disse que a alteração vai englobar, sobretudo, profissionais de saúde e que ajudará à “sustentabilidade” da ADSE. A subida do salário mínimo para 665 euros em 2021 também foi confirmada.

Alexandra Leitão considerou a medida “justa” e “importante para a sustentabilidade da ADSE”, já que os trabalhadores abrangidos têm “uma média etária mais baixa” do que os atuais beneficiários. Dessas 100 mil pessoas, 60 mil são profissionais de hospitais EPE e centros de saúde. Os restantes trabalham em universidades e entidades públicas empresariais.

Alexandra Leitão disse esperar “um número muito relevante de inscritos” – a inscrição será facultativa – e lembrou as contas do Go-



Isenção fica em 635€ e não acompanha salário mínimo

RESOLUÇÃO

TAP em “situação económica difícil”

O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que declara a TAP, a Portugália e a Cateringpor em “situação económica difícil”. Em comunicado, o Governo revelou que essas entidades serão alvo da não aplicação ou suspensão, “total ou parcial, das cláusulas dos acordos de empresa ou dos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis”.

verno: “Se todos os 100 mil trabalhadores se inscreverem, estimamos que isso representasse [uma receita] de cerca de 67 milhões de euros por ano para a ADSE”.

O limite à isenção dos aposentados ficará nos 635 euros, deixando de estar indexado ao salário mínimo. A ministra garantiu que os isentos não ficam a perder, mas considerou “excessivo” que acompanhasse o salário mínimo que, em 2023, poderá chegar aos 750 euros.

SALÁRIOS FORÇAM RETOMA

Os sindicatos da Função Pública reagiram às medidas com satisfação, embora vincando que estas surgem com atraso. José Abraão, da Fesap, considerou as alterações “uma boa prenda de Natal” e Sebastião Santana, da Frente Comum, disse que elas “não resolvem os problemas na totalidade”.

O Conselho de Ministros confirmou, ainda, o aumento de 30 euros do salário mínimo para 655 euros em 2021. Gabriel Bastos, secretário de Estado da Segurança Social, disse que a medida promoverá a retoma e não haverá “contrapartidas diretas” para as empresas. Contudo, o ministro da Economia já anunciou um “pacote de compensações”. ●

6 meses para inscrições

Quando o alargamento da ADSE entrar em vigor, quem celebrar novos contratos ficará automaticamente abrangido na nova medida, anunciou Alexandra Leitão, “a não ser que venha declarar que não quer”. Quem já tem contrato terá seis meses para se inscrever.

Baixas estendidas

O subsídio de doença por covid-19, que garante uma retribuição a 100% aos trabalhadores que tenham de ficar em casa isolados, foi estendido até junho.

Reversão de freguesias

O Conselho de Ministros deu luz verde ao regime jurídico para a criação de freguesias, que permitirá reverter a extinção de freguesias. O diploma seguirá para o Parlamento.

Vistos gold no interior

O Governo aprovou o fim dos vistos gold no litoral e áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, cumprindo uma decisão do Parlamento. O decreto entrará em vigor em julho e terá um período transitório até 2022. O objetivo é promover o investimento “em regiões de baixa densidade”.